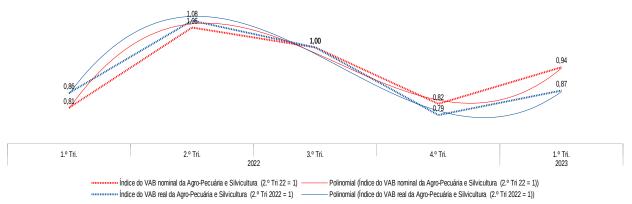
## Editorial 84 – Agricultura (parte 1)

## Por: Heitor Carvalho

Analisemos primeiro alguns dados do INE sobre o VAB da Agricultura e Silvicultura

Tabela/Gráfico 1 — Comparação da variação do VAB agrícola em medidas de volume e com a inflação do INE



Fonte: INE.

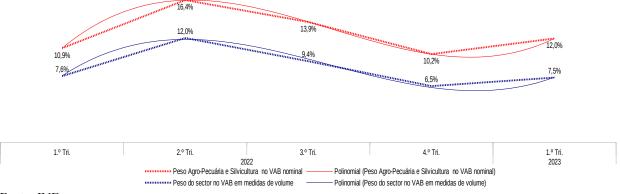
Verifica-se uma relativa correlação das duas medidas, embora se cruzem no período base. O índice em volume, que era superior ao índice nominal, mostrando uma ligeira perda de valor relativo da produção do sector, inverte-se e passa a ser ligeiramente inferior. A inflação do sector, de acordo com o INE, situa-se acima do valor geral da inflação nos últimos trimestres. Contudo, a distância não é significativa.

No início da série, os índices situavam-se próximo de 0,85 (15% abaixo do período base) e descreviam uma linha sinusoidal, com o mínimo à volta de 0,8, no 4.º Trimestre de 2022, subindo, no 1.º Trimestre de 2023, para 0,94 em valor deflacionado, mas apenas 0,87 em volume, sendo o decréscimo das quantidades parcialmente compensado pelos preços do sector.

Em termos homólogos, o VAB em volume estagna, passando de 0,86 para 0,87 (dentro da margem de erro).

Em valor deflacionado, o índice passa de 0,81 para 0,94 (+16%), o que significa que, neste sector, a inflação homóloga foi mais do que o dobro do INPC. Temos, portanto, um crescimento dos preços de um pouco menos de 17% acima da inflação homóloga em Março (10,8%). Não vemos qualquer justificação para acreditar nesta inflação de cerca de 27% nos produtos agrícolas internos! É necessário que os números do INE sejam coerentes.

Tabela/Gráfico 2 — Pesos do VAB nominal e real da agricultura e pecuária na soma dos VAB



Fonte: INE.

A distância entre as duas medidas é acentuada, mas pouco variável, situando-se a linha do valor cerca de 4% acima da linha de volume.

O peso do sector continua a apresentar uma forte sazonalidade, com picos nos 2.ºs Trimestres e mínimos nos 4.ºs Trimestres.

Em volume, oscila entre 6,5% e 12%, com a tendência a descrever uma linha sinusoidal que aparenta corresponder à sazonalidade.

Em valor oscila entre 10% e 16% (2.º Trimestre), com a tendência a descrever uma linha sinusoidal semelhante à do peso em volume.

O INE usa os dados do Ministério da Agricultura e Pescas para calcular o VAB do sector, que, pela sua natureza, nos parecem pouco credíveis, por provirem do sector que é parte interessada. Os princípios gerais de estatística obrigam a que os dados não provenham de fontes interessadas (biased, em inglês).

Além disso, pelo menos parte da produção é estimada pelos técnicos do Ministério com base nas áreas semeadas, o que inclui a parte não escoada ou autoconsumida, que, por não criar valor, não pode ser contada no PIB.

O desenvolvimento da agricultura é essencial porque garante a soberania alimentar! Mas ...

Em termos de estratégia de desenvolvimento, a agricultura não pode ser tida como a solução para tudo; o próprio desenvolvimento agrícola cria alguns problemas.

A agricultura em todo o mundo é subsidiada. Não teremos uma agricultura competitiva sem subsídios à produção, como fazem todos os nossos concorrentes. Isto significa que a agricultura é um sector que não se pode aguentar sem o apoio do Estado, mesmo que isso seja o resultado de políticas e não de causas naturais: como não temos capacidade de contrariar as políticas de apoio generalizadas, temos de nos adaptar a elas. Isto significa que temos de desviar valor de outros sectores para a agricultura. Não parece ajustado, nesta fase, sustentar os subsídios à actividade nos rendimentos do petróleo, sob pena de tornarmos a agricultura insustentável quando estes rendimentos desaparecerem, o que coincidirá, aproximadamente, com a fase de estabilização da produção agrícola, se tudo correr perfeitamente. Temos, portanto, de desenvolver outros sectores, que não o agrícola e petrolífero, para sustentar estes subsídios!

Por outro lado, a nossa agricultura é maioritariamente informal, exigindo grandes quantidades de mão-de-obra pouco qualificada mas pouco produtiva. O caminho da competitividade passa pela criação de empresas agrícolas, fortemente mecanizadas e aplicando níveis de conhecimento científico elevado, que ocupam vastas extensões de terra, mas pouca mão-de-obra. Isto significa que haverá uma tendência, como sucedeu em todo o mundo, para a redução da mão-de-obra no campo, aumentando o êxodo rural. Essas pessoas demandarão as cidades à procura de emprego inexistente se não dermos atenção urgente à indústria e serviços, estes últimos fortemente consumidores de mão-de-obra. É importante que deixemos de ter uma visão mecânica e bucólica da agricultura e da produção em geral, preocupando-mos apenas com as coisas, sobretudo as que satisfazem necessidades básicas, e passemos a preocupar-nos sobretudo com o Valor Acrescentado (que implica conhecimento) e o Emprego.

A agricultura é fundamental porque reforça a soberania, tornando-nos menos vulneráveis a crises noutras regiões num aspecto tão determinante para a sobrevivência como a alimentação, mas não é A Solução! Como todas as soluções, cria os seus próprios problemas, que temos de prevenir e enfrentar.

Continuamos a considerar fundamental o comércio para o desenvolvimento da agricultura, em especial a agricultura tradicional. Se não houver produtos da cidade e de outras regiões que incentivem o camponês a produzir para além das necessidades imediatas de sustento da sua família, a produção comercial não vai aparecer. São, por isso, necessárias boas estradas e o incentivo e protecção a camionistas e comerciantes para que os camponeses desenvolvam a sua actividade e prosperem.

Incluem-se, evidentemente, neste comércio as alfaias e instrumentos agrícolas, sementes, adubos e todos os restantes insumos agrícolas, que o Estado não deve onerar com impostos e até deve

subsidiar. Porém, o problema principal continua a ser o de não existirem incentivos para a produção sob a forma de bens e serviços que o camponês possa comprar. O problema do camponês nunca foi receber coisas de graça, foi antes que alguém compre o que produz e lhe venda o que precisa!

O micro-crédito dissociado da actividade comercial também parece não funcionar. O que sempre funcionou bem no nosso espaço rural foi o kilapi, o levantamento das sementes, adubos, alfaias e outros bens e serviços pelo camponês, apontados em conta corrente e saldados no final da colheita, através da entrega do produto agrícola ao comerciante, recebendo o saldo em dinheiro para pagar os restantes bens e serviços. Não se entende porque se insiste em combater em vez de incentivar e regular, apenas no sentido de impedir fraudes, o que já se mostrou como sendo a forma mais eficaz de crédito à produção camponesa!

Na semana passada assistimos à apresentação da estratégia para 2030 de um grande Grupo empresarial do nosso país. A estratégia passa em tudo pelo que aqui descrevemos e pelo que falaremos na parte 2 sobre o conhecimento: apoio com insumos e formação aos camponeses e garantia do escoamento do seu produto no final da colheita. É este o caminho para o desenvolvimento da agricultura tradicional!

Luanda, 11 de Setembro de 2023